



As grandes fases do Rádio Público brasileiro: em busca de uma periodização para pesquisas históricas deste segmento da radiofonia nacional¹

Valci Regina Mousquer Zuculoto²

Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Doutoranda em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Resumo

A história do Rádio Público no Brasil, referido aqui sem distinção entre estatais e públicas quanto à natureza, concessão e modelo de gestão, resente-se de periodizações específicas que contribuam para avançar nos estudos focados neste grupo de emissoras. A necessidade desta categorização singular e atualizada se evidenciou em pesquisa para resgate da trajetória das programações das rádios brasileiras não-comerciais, recortada nas estatais, educativas, culturais e universitárias, e delimitada desde o advento do sistema educativo, em 1936, até o início dos anos 2000. Este artigo ressalta a busca desta construção histórica como uma das bases ao andamento da pesquisa citada e outras sobre este segmento. Inclui considerações iniciais com o levantamento do problema, exemplos de referenciais e metodologia. E constrói uma periodização sublinhando as grandes fases do rádio público brasileiro.

Palavras-chave

Rádio público; história do rádio; sistema educativo de rádio; periodização; programação

Para que buscar uma periodização histórica do Rádio Público no Brasil

Com mais de 70 anos de transmissões organizadas no Brasil, as rádios não-comerciais estatais, educativas, culturais e universitárias já somam cerca de quatro centenas de veículos espalhados por todo o Brasil. Até meados dos anos 90, integravam o então chamado sistema educativo de rádio. Hoje, a maior parte delas se auto-denomina emissoras públicas, embora, até o momento, a legislação brasileira para a radiodifusão não inclua a regulamentação dos três sistemas estabelecidos pela Constituição de 1988: os sistemas privado, público e estatal.

Bem ao contrário, a maioria, inclusive e principalmente as estatais, na atualidade está cada vez mais envolvida no já longo, mas ainda inacabado e conceitualmente confuso debate sobre a formação e regulamentação do sistema público de rádio no país.

¹ Trabalho apresentado no NP Rádio e Mídia Sonora, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Valci Zuculoto é professora do Curso de Jornalismo da UFSC, jornalista graduada pela UFRGS, mestre e doutoranda em comunicação na PUCRS, como bolsista da Capes. Também é diretora da FENAJ, do SJSC e Conselheira do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo e do Projeto InFormação da ANDI. Já trabalhou na Zero Hora, Rádio Gaúcha, Isto É, O Globo e foi diretora da FM Cultura/RS. E-mail: valci@cce.ufsc.br



Embora a criação, pelo governo Lula, da EBC/TV Brasil³, que também se reivindica pública e que se propõe a construir, enfim, o sistema público da radiodifusão, permanece a confusão e as divergências conceituais e legais.

Independente de se alinharem, enfim, conforme a sua natureza pública ou estatal de acordo com a Constituição, dos seus modelos de gestão, dos seus tipos de concessão, dos seus índices de audiência e mesmo de seu crescimento numérico, estas emissoras, ao longo dos seus 70 anos de existência, aprofundaram e destacaram ação na radiofonia brasileira. Estabeleceram modelos e referenciais que vêm influenciando e são influenciados neste campo da comunicação radiofônica, na construção histórica do rádio brasileiro no seu todo e na própria história do país.

Por isso, necessitam ser estudadas também através de um resgate histórico próprio e específico e não apenas diluídas na história do rádio nacional, como normalmente tem acontecido nas pesquisas e estudos sobre o meio.

Para esta pesquisa, adotamos 1936 como o marco do início da história do sistema de rádio educativo no Brasil, ou seja, deste grupo de emissoras. Foi quando Roquette-Pinto doou ao Governo Federal a sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, também considerada, pela maioria dos estudiosos do meio no país, a primeira emissora radiofônica brasileira, fundada em 20 de abril de 1923.

“Em 1936 [...], Roquette Pinto doava ao Ministério da Educação e Cultura a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mediante a promessa (por parte do ministro Gustavo Capanema) de que seus ideais ao fundar a emissora seriam preservados pelo governo brasileiro. Iniciava-se, assim, o sistema de Rádios Educativas no Brasil”(MOREIRA, 1991, p. 17).

O que aconteceu com estas emissoras de lá até hoje, em pesquisas históricas que dêem conta da maioria das suas transformações, ressalvadas algumas exceções, não se encontra de forma organizada, crítica e aprofundada em estudos ou pesquisas realizadas especificamente sobre estas rádios.

Com o incremento dos estudos sobre o rádio brasileiro como um todo, principalmente a partir do final dos anos 80⁴, as emissoras não-comerciais também

³ Presidente da EBC/TV Brasil, Tereza CRUVINEL(2008), diz que ao instituir a empresa, o governo buscou, sim, cumprir a Constituição, dando início ao sistema público. Cita como integrantes do segmento rádio do sistema as emissoras estatais Nacional Am e FM, de Brasília, a Nacional Amazônia, que opera em Ondas Curtas (OC), a Nacional AM, do Rio de Janeiro, e as MEC AM e FM, do Rio de Janeiro. E defende a natureza pública destas emissoras porque pertencem a uma empresa que é financiada pelo estado, mas não subordinada ao governo; é independente em relação ao mercado (por não ter publicidade comercial) e ao Estado (pela autonomia editorial e de programação).

⁴A pesquisa sobre o rádio no Brasil - que, até o final dos 80, pode ser classificada como insignificante, sobretudo quando comparada com a produção investigativa em geral da área da comunicação ou mesmo outras mídias como a



começaram a merecer maior atenção e pesquisas específicas. Mas é um quadro ainda incipiente⁵. Alguns estudiosos e autores se limitam a traçar rápidos panoramas ou análises em pesquisas que tratam de outros aspectos ou da história do rádio comercial, incluindo referências ao sistema público e/ou estatal, normalmente apresentado como educativo.

Há, ainda, aqueles que realizam pesquisas mais recortadas, focadas em alguns segmentos do grande sistema não-comercial. Um exemplo deste caso é Sandra de DEUS (2003), que vem estudando o rádio universitário. Outros se dedicam a investigações com delimitações maiores ainda, como fez Paulo TORINO (2001) ao analisar, na sua dissertação de mestrado, as relações entre legislação e programação das emissoras educativas da região metropolitana de Porto Alegre.

Mas uma pesquisa, entre as ainda poucas sobre este sistema, destaca-se como referencial por ter sido uma das pioneiras. E mesmo com delimitação nas FMs educativas, ao ser realizada, justamente pelo seu pioneirismo, exigiu um resgate histórico de maior fôlego, resultando na apresentação de grande parte dos momentos expressivos da trajetória destas emissoras. Falamos da tese *“Florescem as FM Educativas no Brasil: Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos”*, de Marlene BLOIS (1996).

Mais raras ainda são as pesquisas que incluem ou dão conta de traçar uma periodização que sublinhe pelo menos as grandes fases da trajetória do rádio público brasileiro. Neste ponto, é de se ressaltar que, mais uma vez, Blois é a principal referência, se não a única, já que em sua tese faz uma *“Revisão das Fases de Atuação do Rádio para Fins Educativos”* (BLOIS, 1996, p. 139-241). Isto mesmo que a revisão por ela apresentada não enfoque especificamente as emissoras não-comerciais estatais,

televisão, embora esta seja mais recente que o meio radiofônico – evidencia um incremento que se acelera a cada ano. Fenômeno que ocorre principalmente pelo trabalho do Núcleo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Intercom. CUNHA (In: MEDITSCH, 2005, p. 13) avalia que a produção deste grupo “vem mudando a situação da pesquisa sobre o rádio no Brasil.” Conforme ela, “o quadro de uma produção insignificante, a respeito deste meio tão popular, foi modificado radicalmente nos últimos 15 anos. Hoje, os estudos, a reflexão e especialmente a publicação na área são significativos” (CUNHA, In: MEDITSCH, 2005, p. 13).

⁵No artigo **A produção científica sobre o rádio no Brasil: livros, artigos, dissertações e teses (1991-2001)**, disponível em <www.pucrs.br/famecos/pesquisa/radionobrasil/artigo.pdf>, Doris Haussen registra a origem e preponderância dos temas abordados nas obras mapeadas. Ao avaliar a temática geral dos artigos, verifica diversidade, mas na análise de conteúdos, observa preponderância da história do rádio. Nas teses e dissertações, conforme Haussen, a história do veículo também predomina. E o mesmo evidencia em relação aos livros publicados. Numa avaliação geral, a autora observa que “os pesquisadores da área têm se preocupado, principalmente, em recuperar a história do rádio no país”. Porém, embora as temáticas educação radiofônica e rádios comunitárias, livres e alternativas também se façam presentes, não há indicação de obras com enfoque específico no resgate histórico do rádio público. Não para o período pesquisado, que se estende de 1991 a 2001. E é este justamente aquele em que a pesquisa sobre o rádio mais cresceu no país.



educativas, culturais e universitárias. A autora periodiza, na verdade, a história da educação através do rádio, incluindo projetos, entidades, rádios-escolas e outras emissoras voltadas ou envolvidas com produção radiofônica destinada a fins educativos.

Caminhos em busca das grandes fases do Rádio Público: Referenciais, Metodologias e Categorias

Para resgatar a trajetória histórica das programações das emissoras públicas de rádio brasileiras, como se auto-denominam hoje as estatais, educativas, culturais e universitárias – objeto de pesquisa da minha tese de doutorado em elaboração – já de início ficou evidente a necessidade de buscar uma periodização da história específica do rádio não-comercial. Uma periodização que detectasse os principais momentos e ações ao longo dos seus 70 anos de existência, fazendo emergir as transformações históricas demarcadoras e as suas rádios referenciais. E que, desta forma, contribuísse para a sistematização e o avanço da coleta de dados e principalmente, que servisse como um roteiro condutor à pesquisa e elaboração da tese.

Assim, até o atual estágio da pesquisa, chegamos a uma periodização que consideramos em construção e que, durante a continuidade e aprofundamento do trabalho, poderá passar por novas revisões. Foi elaborada com base nas análises sobre dados já coletados e categorias referenciais adotadas até o momento, tendo, como um dos principais pontos de partida e apoio, o resgate de BLOIS (1996, p. 139-241).

Marlene BLOIS (1996, p. 139-140) propõe uma revisão na sua própria primeira categorização, realizada em estudo de 1984, revendo fatos, acrescentando outros e complementando o então último período, encerrado em 1995. As bases por ela adotadas para estabelecer as fases do sistema educativo até aquele ano foram:

“objetivos e ideologia de atuação e formas de execução para atingi-los; evolução que introduz novas estratégias, refletidas na consolidação do veículo para os fins propostos; na ampliação de seu alcance; na adaptação ao avanço tecnológico e a realidade conjunturais, trazendo, como consequência, alterações em sua estrutura” (BLOIS, 1996, p. 40).

Do estudo realizado pela autora, resultou uma revisão que categoriza as fases históricas para o rádio educativo até 1995 (BLOIS, 1996, p. 139-241). Para ela, a fase pioneira vai de 1923 a 1928. Neste período, Roquette-Pinto apresentou um plano de implantação da Radioeducação no Brasil e duas emissoras - a pioneira Rádio Sociedade e a Rádio Escola Municipal – foram sua expressão (BLOIS, 1996, p. 140-143).



A segunda fase compreende de 1929 a 1940 e foi a de “*marcantes realizações do rádio com fins educativos, com a Rádio-Escola, enquanto proposta e formatação, consolidando-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, e com a formação de cadeias radiofônicas*” (BLOIS, 1996, p.146).

Na terceira fase de atuação do Rádio, de 1941 a 1966, conforme categorização da autora, o “*grande destaque vai para as Escolas Radiofônicas*” do Movimento de Educação de Base, “*a mais consistente experiência de utilização do rádio na construção e no exercício da cidadania*” (BLOIS, 1996, p.155). Também são sublinhados, neste intervalo, os cursos para professores do Universidade do Ar, os projetos de alfabetização pelas ondas radiofônicas, a criação do SIRENA – Sistema Rádio Educativo Nacional e a inauguração da primeira rádio universitária brasileira pela UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BLOIS, 1996, p.147-155).

A quarta fase, entre 1967 e 1979, evidencia o Projeto Minerva como “*a grande vitrine do rádio educativo no Brasil*” (BLOIS, 1996, p.162). É, também, o período em que o MiniCom-Ministério das Comunicações reserva canais em FM para fins educativos e o da disputa, pelas emissoras educativas federais, entre a recém criada Radiobrás e o MEC-Ministério da Educação (BLOIS, 1996, p. 155-163).

Por fim, a partir de 1979 até 1995, anos que hoje podemos incluir na quinta fase, BLOIS (1996, p. 171) dá destaque à criação, em 1983, do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED, que com treze emissoras participantes, no seu início, já passa a operar com uma grade nacional para a retransmissão conjunta de programas e séries. A avaliação de sua periodização é de que o rádio educativo desta fase se estrutura como segmento através do SINRED. BLOIS (1996, p. 240) também resgata que o sistema “*vive, no final dos anos 80, momentos de sua consolidação, passa por período crítico no início de 90, sem afetar, no entanto, a idéia de integração do trabalho cooperativo entre emissoras educativas*”.

Portanto, neste trabalho de produção de uma periodização como também na pesquisa para a tese em elaboração sobre “*A construção da programação das rádios públicas brasileiras: trajetória histórica, transformações e mediações*” não se pretende resolver a indefinição conceitual acerca da diferenciação entre rádio pública e rádio estatal. Sublinhamos, no máximo, a existência deste emaranhado e da polêmica discussão que se arrasta desde praticamente o início da história da radiodifusão brasileira, quando se evidencia necessária.



Também entendemos que não há necessidade, pelo menos no momento, de buscar definir o alinhamento das emissoras em estudo dentro de um dos três sistemas da radiodifusão nacional estabelecidos pela Constituição de 1988: o privado, o público e o estatal. Até hoje não foi regulamentado o sistema público brasileiro, instituído, pela primeira vez, nesta Constituição. As próprias emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias, independente da concessão que detêm – se canal comercial ou educativo (este último, o da maioria das rádios estatais ou universitárias, especialmente as emitidas a partir da última legislação da radiodifusão, em 1962) -, vêm definindo-se públicas. Classificam-se como produtoras e transmissoras de programação que atende ao interesse público, com objetivos culturais e educativos. São as emissoras que, até emergir com mais força o debate e busca de estabelecer perfis mais apurados para rádio público e rádio estatal, o que ocorreu a partir da introdução do conceito de sistema público pela Constituição de 88, integravam o chamado sistema educativo de rádio. Isto sem questionamentos maiores sobre a específica natureza da sua característica não-comercial.

A história deste grupo de emissoras não-comerciais registra, na periodização até aqui construída, seu marco inicial em 1936, quando Roquette-Pinto doou sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao governo federal, sob a condição de que mantivesse seus ideais de programação baseados na transmissão de educação e cultura. Naquele ano também foi fundada a Cultura AM de São Paulo. Emissora que nasceu comercial, só nos anos 60 passou a integrar o grupo das chamadas rádios públicas, ao ser transferida para o controle da Fundação Padre Anchieta (criada para a instituição da TV Cultura, em 16 de junho de 1969). Conta com dotação financeira do Estado de São Paulo, mas se apresenta como desvinculada do governo e, portanto, não se aceita estatal (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p. 7-21).

Assim como a Rádio MEC do Rio de Janeiro, a Cultura AM de São Paulo desde o seu início, nos primórdios da radiodifusão brasileira, produziu um modelo de programação “*com o propósito de divulgar as atividades artísticas-culturais da capital paulistana*”(FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989,p.89) .

Como o objetivo da tese em elaboração é sublinhar as linhas e modelos de programação que têm predominado nessas emissoras públicas durante os seus 70 anos de história, em andamento a pesquisa já mostrou a evidência preliminar de uma periodização específica para este segmento da radiodifusão. Nestas análises introdutórias, as opções metodológicas recaíram especialmente na idéia de resgatar a



“*história propriamente dita da comunicação*” (SCHUDSON in JANKOWSKI & JENSEN, 1993:214), considerando como os meios de comunicação influenciam e são influenciados pela história cultural, política, econômica ou social. Apoiada em SCHUDSON (1993, p. 218-220), a pesquisa contextualiza as imbricações evidenciadas através de estações públicas referenciais como também de outros exemplos de norte a sul do país, envolvendo não só a história do meio, mas as suas principais relações históricas constitutivas.

“[...] la historia de la comunicación tal como la describo se pregunta por el modo en que los medios de comunicación constituyen y se constituyen por el yo, por la experiencia del tiempo y el espacio, por la noción de lo público, por el concepto y la experiencia de la política y la sociedad y por los lenguajes a través de los cuales las personas comprenden y experimentan cualquier parte del mundo.” (SCHUDSON, 1993, p. 218-219)

Recorremos, ainda, à Dialética, pois, como diz Demo (2000, p.98), “*mais que outras metodologias, sabe apontar para o caráter contraditório e ambíguo da realidade e de si mesma*”. E também à DHE- Dialética Histórico Estrutural, por se situar num meio termo entre objetivismo e subjetivismo: parte de contextos dados, mas considera a possibilidade de se interferir no destino e fazer história própria (DEMO, 2000, p. 104-108).

Nas categorias de análise a priori, trabalhamos principalmente com o entendimento de programação de Josep Maria Martí Martí (in MARTÍNEZ-COSTA y MORENO MORENO, 2004:21): “*[...]la programación también puede ser definida como um arte de encuentro entre los programas y los públicos,[...]una técnica de doble articulación: la de los tiempos de emisión con la de los tiempos sociales:[...]*”. Ainda trabalhamos com a sub-categoria programação específica de rádio educativa, esta com ouvido colado em conceituações de Marlene Blois (In: HAUSSEN e CUNHA, 2003, p. 44-45), para quem “*a programação de uma emissora educativa é a grande marca que a difere de uma rádio comercial.*” Entre outros, Blois defende que os objetivos de uma emissora educativa “*[...] estejam voltados para ações que privilegiem a Cultura e a Educação, nos seus aspectos formativo e informativo.[...]*”(BLOIS, in: HAUSSEN e CUNHA, 2003, p. 44-45).

Hoje, a maioria dos auto-proclamados veículos públicos, na definição de seus objetivos e grades de programação, assegura que tem, como meta, a educação, a difusão do conhecimento e da cultura para toda a sociedade. Propõe-se a atender ao interesse público, seguindo o que já propagava a primeira emissora educativa brasileira, a Rádio MEC do Rio Janeiro, na década de 30 do século passado. Assim, interesse público



também foi uma das principais categorias, compreendida como “*conjunto dos interesses da cidadania*” (GOMES, 2002:1). Ainda nos referenciamos no Programa do Fórum pela Democratização da Comunicação – FNDC, intitulado Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil: “[...] *O Público, assim entendido, não é um lugar especial, como pretendem alguns, associado mecanicamente a alguma forma de propriedade, mas é uma qualidade das relações.*” (<http://www.fndc.org.br/arquivos/Programa.doc>)

Em outro documento, o FNDC apresenta “*Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil*” (<http://www.fndc.org.br/arquivos/ContribuicaoFNDC.pdf>). Nele, ao fazer uma rápida uma rápida avaliação de como se encontram as emissoras públicas na contemporaneidade, o FNDC também reflete entender que devem cumprir função educativa e cultural, assim como já reivindicava e buscava concretizar a rádio pioneira de Roquette Pinto.

“A radiodifusão brasileira vive um momento de revisão de conceitos e modelos que a constituíram[...]. Em uma ponta, testemunhamos a hipertrofia de um sistema privado-comercial, concentrado em cinco redes nacionais de televisão, pressionado por um modelo de financiamento exaurido em suas fontes de receita e ameaçado pelo advento da convergência tecnológica e por conglomerados internacionais. Em outra, um sistema estatal de rádios e TVs com dificuldades de manutenção, desvirtuado de suas finalidades educativas e culturais, e submetido aos desmandos de governantes que utilizam sua estrutura como instrumento de propaganda política.” <http://www.fndc.org.br/arquivos/ContribuicaoFNDC.pdf>

Nesta categoria, referenciais teóricos igualmente foram buscados em SANTOS e SILVEIRA (In: RAMOS e SANTOS, 2007, p. 49-82), no artigo “Serviço Público e Interesse Público nas Comunicações”. Para os autores,

“a discussão conceitual acerca da natureza dos serviços de comunicações não é de modo algum uma exclusividade do momento atual. Ela está presente em cada inovação que o setor sofreu, sofre ou sofrerá. Por exemplo, na primeira regulamentação do rádio ou no surgimento da televisão, discussões levantavam os temas de segurança, soberania nacional, liberdade de expressão. Em toda inovação do setor, o questionamento da natureza do serviço se faz presente, instrumentando o embate de forças econômicas e políticas, culminando num contexto normativo reformulado.” (SANTOS e SILVEIRA, In: RAMOS e SANTOS, 2007, p. 50)



Ao discutirem os modelos britânico e norte-americano, neste artigo, Santos e Silveira buscam, teórica e metodologicamente, compreender as conceituações de Serviço Público e Interesse Público nas comunicações, com o objetivo de contribuir em análises “*das políticas de comunicação no Brasil com relação ao que seja o modo de prestação dos serviços de radiodifusão aberta*” (SANTOS e SILVEIRA, In: RAMOS e SANTOS, 2007, p. 79), e fazem as seguintes considerações:

“nossa hipótese inicial[...]é a de que existe no Brasil uma espécie de ‘meio do caminho’ entre o conceito clássico de Serviço Público – tal como originário na regulamentação britânica – e o conceito mais elástico de interesse, necessidade e conveniência pública originário da regulamentação dos Estados Unidos” (SANTOS e SILVEIRA, In: RAMOS e SANTOS, 2007, p. 79).

As grandes fases históricas do Rádio Público brasileiro

Ao buscarmos, então, o resgate da história própria da radiodifusão pública brasileira, até este momento da pesquisa, construímos uma periodização específica, diferenciada da normalmente acolhida para a radiofonia geral. Para esta, a da história da radiodifusão brasileira no seu todo, em 1998 elaboramos uma periodização que nos orientou na pesquisa sobre “A notícia de rádio no Brasil” (ZUCULOTO, 1998, p. 12-15). Esta periodização geral levou em conta também os momentos mais expressivos e demarcadores e para a chegarmos a ela, partimos principalmente de BONAVITA (1982, p.32-100). Mas revisamos e além disso, buscamos sintonizá-la mais com o objeto da pesquisa de então sobre a notícia radiofônica brasileira. Como esta também constitui um dos pontos de partida no atual estudo específico sobre o rádio público, convém retomar os principais aspectos nela evidenciados para a história geral radiofonia brasileira (ZUCULOTO, 1998, p. 10-15):

1ª fase – [...] advento do rádio em 1922 a meados da década de 30. [...] nesta fase o rádio se constrói como veículo de transmissão elitista. [...]

2ª fase – [...] inicia por volta de 1935 e se encerra em 1955, com o desenvolvimento da televisão no Brasil. [...] inclui a chamada “época de ouro” do rádio brasileiro [...] o predomínio, nesta época, é de uma verdadeira “era do rádio-espetáculo”, com os programas de auditório, os musicais, as radionovelas, num padrão de radiofonia

“broadcast” ao estilo norte-americano. Embora o espetáculo domine o rádio de então, também ocorre nesta fase o surgimento daquele que tem sido tomado como o marco do jornalismo radiofônico brasileiro - o Repórter Esso. [...]

3ª fase – [...] começa na metade dos anos 50 e se estende por todo os 60. É quando o rádio realmente sofre o impacto do advento da televisão [...], passando de uma era de espetáculo para uma fase de simples “vitrolão”, em que se limita a rodar discos em praticamente toda sua programação[...]. Porém, contraditoriamente, é quando outra boa parte das emissoras constrói a história da radiofonia brasileira [...] também através do desenvolvimento do radiojornalismo. E o avanço da tecnologia, com novidades como o transistor e vários outros equipamentos eletrônicos, constitui-se num dos aspectos históricos que mais influi na trajetória do rádio[...].

4ª fase – [...] décadas de 70 e 80. Trata-se do período em que o rádio brasileiro luta para se recuperar através do incremento do jornalismo, da prestação de serviços, da segmentação, e do desenvolvimento das FMs. [...] o processo de especialização e segmentação se acelera e algumas emissoras já experimentam um formato de programação que se aproxima do all news; ocorre a cristalização da tendência de formação de grandes redes permanentes; [...]

5ª fase - Chega-se ao rádio contemporâneo, ao rádio que agora se digitaliza e assim como todos os meios de comunicação de massa, sofre fortes influências e mudanças sob o impacto das novas tecnologias e da globalização deste final de século. Estamos, como diz Eduardo Meditsch (1995:15), numa ‘*era intelectual eletrônica*’ e sua instauração ‘*redefine a função do rádio informativo*’ “.

Ao construirmos a periodização singularizada da história do rádio público brasileiro, também partimos da pioneira construída por Marlene BLOIS. E como a própria pesquisadora afirma que é passível de revisão, assim procedemos a partir da adequação à pesquisa atual e especialmente da coleta de dados sobre o grupo de emissoras objeto do recorte do nosso estudo.

Nesta periodização, resgatamos as fases de constituição do rádio público brasileiro, observando transformações de maior destaque, mais expressivas e emissoras referenciais⁶, em especial aquelas determinantes para as linhas e modelos de programação. Sublinhamos os seguintes grandes períodos históricos:

1ª fase – a pioneira que, embora tenha seu início histórico demarcado em 1936, precisa ser analisada desde os anos 20 do século passado, quando a

⁶Aqui é preciso lembrar que quando denominamos rádio público ou radiodifusão pública ou emissoras públicas o fazemos para referência a um grupo definido. Trata-se das rádios estatais, educativas, culturais e universitárias que integraram ou ao menos se referenciaram no sistema educativo e hoje se proclamam emissoras públicas.



radiofonia geral é implantada no Brasil, já que, neste período, ainda não havia a divisão em sistemas comercial e não-comercial. Esta fase, na periodização com a qual trabalhamos, estende-se, portanto, pelos anos 20, 30 e início dos 40;

2ª fase – é aquela em que o sistema efetivamente começa a se desenvolver, buscando se firmar como educativo, passando a incluir produção e transmissão de programas de educação formal, com aulas através do rádio. Também é quando começam a ser implantadas rádios educativas vinculadas a Universidades. A primeira emissora universitária foi a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que entrou no ar em 1957 (DEUS, 2003, p. 8). Vai de meados dos anos 40 ao início dos 70;

3ª fase – esta poderia ser classificada como a “fase de ouro” da história da radiofonia pública, com o apogeu do Rádio Educativo. É a mais voltada para a educação formal, no sentido de instrução, e também a não-formal, com a época do estabelecimento das cadeias retransmissoras, tendo a Rádio MEC Rio como a cabeça de rede principal e a Cultura AM de São Paulo, agora já operando como não-comercial, como referência em franca consolidação. Este período é o do SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa que reúne emissoras educativas em co-produções e em transmissões de programas em cadeia nacional⁷. Inclui as décadas de 70 e 80;

4ª fase – com o “boom” das FMs, também no sistema não-comercial e disseminando concessões para as Universidades, é a fase da organização principalmente das emissoras universitárias. O chamado sistema educativo, então, busca organizar-se contando tanto com as estatais quanto com as culturais e universitárias, através de redes formais e informais. A Rádio MEC tenta reeditar o SINRED. Mas o que se evidencia, como expressão maior deste período, é o trabalho conjunto de coberturas das SBPCs, as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Rede Universitária de Rádios. Embora tivesse, entre emissoras coordenadoras, a Rádio MEC Rio, e contasse com a integração de outras rádios estatais, a Rede para coberturas das SBPCs fez história comandada principalmente pelas universitárias, daí o seu título. Esta

⁷ Conforme histórico cronológico da Rádio MEC do Rio de Janeiro disponível em seu site, as primeiras atividades do SINRED foram informais. Começaram em 1982, com a co-produção de duas séries educativas e culturais: ‘Coisas da Província’ e ‘Meu Brasil Brasileiro’. O objetivo do SINRED era produzir e transmitir, em cadeia nacional, programas com manifestações culturais de cada região do Brasil, promovendo o intercâmbio de informações. Mas somente em 1983 ocorre a instituição formal e oficial do SINRED, através da Portaria 344 do MEC. Também de acordo com o site da Rádio MEC, no início do Sistema oficial, duas séries co-produzidas se destacaram: ‘Perfis Brasileiros’ e ‘Esses Moços’. O SINRED funcionou até 1988. Neste ano foi desativado e em 1994, houve tentativa de reativá-lo, inclusive através de uma nova portaria ministerial, mas sem êxito.



fase se estende por todos os anos 90 e é também caracterizada pelo fato de as próprias emissoras passarem a se auto-denominar rádios públicas;

5ª fase – é a de implantação do rádio digital, que havia começado na anterior, na produção. E neste período, passa para o debate e testes do padrão a ser adotado no Brasil. Imbricada com esta grande transformação, outra é aprofundada pela busca de uma definição sobre, afinal, quais emissoras efetivamente compõem o sistema público, quais realmente são as rádios públicas e cumprem seu papel de atender, com sua programação, ao interesse público. Acirra-se o debate e se expõem mais as divergências conceituais sobre sistema público e sistema estatal de rádio. As Universitárias tentam, novamente, uma articulação. Sandra de Deus, a partir da direção da Rádio da UFRGS, defende, para estas emissoras, que se articulem em busca do “fortalecimento de suas propostas educativas, sociais e culturais”, através de seu uso como laboratório de ensino de jornalismo, divulgação e extensão da Universidade junto à sociedade e de uma programação que efetivamente cumpra sua função pública (DEUS, 2003, p.1-13). Esta fase se situa no início do século XXI, dos anos 2000, e chega aos dias atuais fervilhando em discussões, polêmicas e tentativas de definições, em especial a partir do governo federal que, depois de instituir a TV Pública, busca liderar a constituição do Rádio Público. Especialmente sob o comando da ARPUB (Associação das Rádios Públicas do Brasil) e da Radiobrás se realiza o I Fórum Nacional de Rádios Públicas, onde o governo Lula apresenta sua proposta de constituição de um Sistema de Rádio Público.

Referências

BLOIS, Marlene, **Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos.** Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese de Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

_____. **Rádio Educativo no Brasil. Uma história em construção.** In: HAUSSEN, Dóris e CUNHA, Magda (Orgs). **Rádio Brasileiro – Episódios e Personagens.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

BONAVITA FEDERICO, Maria Elvira. **História da Comunicação – Rádio e TV no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1982.

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS DO IPEA/IPLAN. **Rádio Educativo no Brasil: um estudo.** Série Documentos 3, Brasília IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1976.

CRUVINEL, Tereza. **A TV Pública no Brasil.** In: Congresso Estadual dos Jornalistas, 33, 2008. Santa Maria. Anais... Santa Maria: Sindicato dos Jornalistas dório Grande do Sul, 2008.



CUNHA, Magda. **Prefácio**. In: MEDITSCH, Eduardo(org). **Teorias do Rádio – textos e contextos**. Volume I. Florianópolis: Editora Insular, Intercom e Posjor UFSC, 2005.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEUS, Sandra de. **Rádios das Universidades Federais: função pública e compromisso laboratorial**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: Intercom, PUCMG, 2003. 1CD.

ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS, 1., 1994. Rio de Janeiro. Documento final... Rio de Janeiro:Rádio MEC, 1994.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/Programa.doc>>. Acesso em: 15 de mai. 2007.

_____. **Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/ContribuicaoFNDC.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO. **No ar um projeto em construção: uma contribuição à memória da TVE e FM Cultura**. Porto Alegre: Fundação Cultural Piratini-Rádio e Televisão, 2002.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. Publicação de apresentação e sobre a história das emissoras da entidade. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, s.d.

_____. **Cultura 20 anos**. São Paulo: IMESP, 1989.

GOMES, Wilson. **Jornalismo e Esfera Civil: O interesse público como princípio moral no jornalismo**. In: Aula Inaugural do II Curso de Especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC, Florianópolis, setembro de 2002.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Sistemas de Comunicação e Identidades na América Latina**. Porto Alegre: Edipucrs/Intercom, 1993

_____. **A produção científica sobre o rádio no Brasil: livros, artigos, dissertações e teses (1991-2001)**. Disponível em <www.pucrs.br/famecos/pesquisa/radionobrasil/artigo.pdf>. Acesso em: 23 jun 2008.

JAMBEIRO, Othon. **Raízes Históricas da Regulamentação da TV no Brasil**. In.: Textos de Cultura e Comunicação. Salvador, Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, nº 35, julho de 1996.

LEWIS, Peter M. y BOOTH, Jerry. E. **El medio invisible – Radio pública, privada, comercial y comunitaria**. Barcelona: Paidós, 1992.

MARTÍ MARTÍ, Josep Maria. **La programación radiofónica**. In: MARTÍNEZ-COSTA, M^a Pilar y MORENO MORENO, Elsa. **Programación radiofónica – Arte y Técnica del diálogo entre la radio y su audiencia**. Barcelona: Ariel, 2004.

MARTÍNEZ-COSTA, M^a Pilar (coord.). **Información Radiofónica**. Barcelona: Ariel, 2002.



MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. **A Rádio na era da informação – Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo**. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. (org). **Teorias do Rádio – Textos e Contextos**. Volume I, Florianópolis: Insular, 2005.

MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

_____. **Rádio em Transição – Tecnologias e Leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública**. São Paulo Editora Alínea, 2004.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **Os (Des)caminhos do Rádio**. São Paulo, USP, 1990. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique. Análise do Programa de Rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume:ECA-USP, 1995.

RÁDIO NACIONAL. **Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956**. Publicação comemorativa da emissora. Rio de Janeiro, s.d.

RÁDIO MEC. **Uma história de ética e pioneirismo**. Disponível em: <www.radiomec.com.br/textos/umahistoriadeeticaepioneirismo>. Acesso em: 12 de abril 2007.

RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (Orgs). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO. **Manual de Redação e Produção**. 1996, 1997, 1998, 1999.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **A História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANZ, Luiz Alberto. **Recursos para um Sistema Solidário, Pluralista, Comunitário e Igualitário – A Caminho do Sistema Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias**. In: Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, 3, 1995. Goiânia. Anais... Goiânia, 1995.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional – O Brasil em Sintonia**. 3. ed. [ampliada e atualizada]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación**. In.: JENSEN, K.B. e JANKOWSKI, N.W.(eds). **Metodologias cualitativas de investigación em Comunicación de Masas**. Barcelona: Bosch, 1993.

SIGNATES, Luiz. **Política de Programação de Rádio Universitária Educativa: algumas reflexões conceituais**. In: Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, 3, 1995. Goiânia. Anais... Goiânia, 1995.



SOUSA, Marquilandes Borges de. **Rádio e propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio não contou - Do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo.** São Paulo: Negócio Editora Ltda, 1997.

TORINO, Paulo Muccilo. **Rádio Educativo: Relações entre Legislação e Programação – Estudo das Emissoras Educativas da Região Metropolitana de Porto Alegre.** São Leopoldo, Unisinos, 2001. Dissertação de Mestrado em Comunicação apresentada Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo, Universidade do Vale dos Sinos, 2001.

VAMPRÉ, Octávio Augusto. **Raízes e Evolução do Rádio e da Televisão.** Porto Alegre: RBS e Feplam, 1979.

ZAREMBA, Lilian. **Fronteiras Invisíveis: Rondon e Roquette-Pinto num sonho de rádio educativo brasileiro.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: Intercom, PUCMG, 2003. 1CD.

ZUCULOTO, Valci. **A notícia no radiojornalismo brasileiro: transformações históricas e técnicas.** Porto Alegre, PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAMECOS. Porto Alegre, PUCRS, 1998.

_____. **A programação pioneira do rádio não-comercial no Brasil: observações e reflexões sobre a linha editorial das primeiras emissoras educativas.** In: Seminário Internacional da Comunicação, 9, GT Rádio e Mídia Sonora, 2007. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: FAMECOS, PUCRS, 2007. 1CD.